

GUERRA
COLONIAL

CENSURA

Ditadura
Fascista

REPRESSÃO
NOS LOCAIS
DE TRABALHO

PIDE
PRESOS
POLÍTICOS

FOME!

TORTURA!

AS
PORTAS
QUE
ABRIL
ABRIU!



DEMOCRACIA

A ditadura fascista rejeitava os princípios democráticos e parlamentares, e proibia os partidos políticos.

DIREITO À GREVE E LIBERDADE SINDICAL

As greves e os sindicatos livres eram proibidos, e reprimidos os plenários, o direito colectivo de trabalho e a negociação colectiva.

SALÁRIO MÍNIMO, PENSÃO SOCIAL E SUBSÍDIO DE FÉRIAS

A exploração e os salários de miséria eram a prática no regime fascista, em que os trabalhadores no desemprego perdiam o direito a Previdência. A Revolução criou o SMN e instituiu a Pensão Social, para assegurar uma vida minimamente digna, e o direito a férias pagas.

PODER LOCAL DEMOCRÁTICO

É uma das principais conquistas de Abril, com a sua raiz democrática e descentralizadora, assente na participação pública e na proximidade entre população e eleitos locais.

CONTRATAÇÃO COLECTIVA

É um direito constitucional que resultou da luta de gerações de trabalhadores, e é um instrumento de distribuição da riqueza e de melhoria das condições de vida dos trabalhadores e das suas famílias, nomeadamente ao garantir aumentos salariais e outros direitos.

SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

A Constituição de 1976 estabeleceu o direito à Saúde, universal e gratuito; e o SNS tornou-se lei em 1979. No regime fascista, não havia um serviço de saúde universal, nem hospitais e médicos espalhados por todo o País.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DE PENSAMENTO

A Revolução de Abril aboliu a censura, a “mordaça” opressora da ditadura fascista para controlar a informação e restringir as liberdades sociais, intelectuais e culturais. Quem ousasse dizer livremente o que pensava era perseguido pela PIDE, a polícia política.

ELEIÇÕES LIVRES

Em 25 de Abril de 1975, e após 48 de fascismo, realizam-se as primeiras eleições livres, por sufrágio directo e universal, as mais participadas da história da democracia portuguesa, com uma afluência de 91%.

PAZ E JUSTIÇA

A Revolução pôs fim a 13 anos de guerra colonial, na qual faleceram milhares de pessoas, e avançou com a justa independência dos povos africanos; libertou os presos políticos; promoveu a independência e dignificação do Poder Judicial; e a extinção dos tribunais plenários, em que foram julgados e condenados muitos antifascistas.

DIREITO À HABITAÇÃO

À data do 25 de Abril, 25% dos portugueses viviam em locais que não respeitavam as condições mínimas de conforto, segurança, salubridade e privacidade, e 2 milhões de pessoas viviam em bairros de barracas ou em casas degradadas e sobreocupadas.

IGUALDADE DE DIREITOS

A Constituição de 1976 proclamou o princípio da igualdade de todos os cidadãos perante a Lei, e, pela primeira vez, as mulheres puderam votar e ser eleitas de forma universal e livre.

DIREITO À EDUCAÇÃO E ESCOLA PÚBLICA PARA TODOS

O analfabetismo, na ditadura fascista, era muito elevado, sobretudo entre as mulheres. A Revolução implementou a obrigação de garantir uma rede pública de escolas, o ensino básico universal e gratuito, e estabeleceu, progressivamente, a gratuidade de todos os graus de ensino.



**DEFENDE
AS CONQUISTAS
DE 25 DE ABRIL
DE 1974**

**NA RUA
E NOS LOCAIS
DE TRABALHO!**

50^o

aniversário

**REVOLUÇÃO
DE ABRIL**

Tanto que ainda há por fazer para que se cumpra os Valores de Abril, e para que os trabalhadores e o Povo tenham direito a uma vida digna.



SAI À RUA

**PARTICIPA NAS COMEMORAÇÕES
POPULARES EM TODO O PAÍS.**

A LUTA VAI CONTINUAR!



Nos locais de trabalho e na rua, por todo o País, é preciso reafirmar a defesa das conquistas de Abril. E tal como, após 48 anos de fascismo, nasceu o 25 de Abril de 1974, será também pela Luta, com determinação e unidade, que os trabalhadores e o STAL conseguirão combater o empobrecimento e conquistar e defender direitos, garantindo uma vida digna e melhores condições de trabalho.

O quadro político saído das legislativas, apesar de resultar, sobretudo, da falta de resposta aos principais problemas dos trabalhadores e do Povo, não responde aos interesses de quem vive do seu trabalho ou pensão. Em 2024, tal como sucede há mais de 10 anos, os trabalhadores da Administração Pública perdem poder de compra, com o aumento dos salários decidido pelo governo PS a ficar muito aquém do possível e do necessário. Em Portugal, os trabalhadores da Administração Pública ganham, em média, cerca de metade do salário dos seus congéneres em outros países da União Europeia, e, desde 2009, perderam, em média, o equivalente a 3 salários. Já na Administração Local, a evolução do poder de compra do salário base líquido de 2010 a 2024 – mesmo com a descida do IRS em 2023 – mostra uma perda real média de 9,3%!

O STAL defende a luta como o caminho contra as políticas de direita que promovem as injustiças e as desigualdades, impedindo o progresso do País, e defende o reforço dos Serviços Públicos e das Funções Sociais do Estado.

MAIS DIREITOS, MELHORES SALÁRIOS E CONDIÇÕES DE TRABALHO

O STAL reafirma as soluções que constam da «Proposta Reivindicativa Comum» para 2024, apresentada pela Frente Comum, para reverter as políticas que conduziram ao empobrecimento dos trabalhadores da Administração Pública, e a disponibilidade para a negociação e para a luta por:

- Aumento salarial de 15%, no mínimo de 150 €, para todos os trabalhadores; aumento do salário mínimo na Adm. Pública para 1.000 € este ano; e subsídio de refeição de 10,50 €;
- Correção justa e real da Tabela Salarial/TRU;
- Reposição e valorização das carreiras, índices remuneratórios e conteúdos profissionais específicos;
- Revogação do SIADAP, substituindo-o por uma avaliação sem quotas, formativa, equitativa e justa;
- Aplicação efectiva do SPI, actualização do valor e inclusão do Risco;
- Redução das contribuições para a ADSE para 1,5%, em 12 meses.
- Reposição dos 25 dias de férias e respectivas majorações;
- Reposição integral do direito à indemnização por acidente de trabalho e/ou doença profissional;
- 35 horas para todos, e fim à precariedade;
- Direito à aposentação/reforma digna;
- Respeito pela negociação e contratação colectiva, e pelos direitos sindicais.

**SINDICALIZA-TE
HOJE!**

www.stal.pt/aderir

**PARTICIPA NA GRANDE JORNADA DE LUTA
PROMOVIDA PELA CGTP-IN POR TODO O PAÍS.**

1º MAIO